



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

## **PARECER JURÍDICO** **LCR – 131/2021**

**EMENTA:** Projeto de Lei nº 1.189/2021, que Autoriza o Executivo Municipal a doar imóvel urbano que menciona, para a FECOMÉRCIO-MT e dá outras providências.

Instado a me manifestar, por imposição Regi-  
mental, nos termos do art. 226, do RICM, sobre a viabilidade de tramita-  
ção do **Projeto de Lei nº 1.189/2021, que Autoriza o Executivo Muni-  
cipal a doar imóvel urbano que menciona, para a FECOMÉRCIO-  
MT**, de autoria do Executivo Municipal, passo a opinar, com as seguin-  
tes considerações:

O presente Projeto de Lei pretende obter autori-  
zação desta Casa Legislativa para efetivar a doação ao SESC/SENAC  
dos Lotes 01, 02, 03, 16, 17 e 18, inseridos na Quadra 26, localizados  
no Parque Castelândia, com área total de 3.528,00m<sup>2</sup> (três mil, qui-  
nhentos e vinte e oito metros quadrados), matriculados junto ao CRI sob  
os nºs 35.173, 35.174, 35.175, 35.182, 35.183 e 35.184, conforme có-  
pias anexas, às fls. 005/010.

Em sua Justificativa, encartada às fls. 004, o Au-  
tor aduz as razões de sua propositura, destacando que "... A classe em-  
presarial do setor terciário, comércio e serviços, ao criar o SENAC, obje-  
tivou uma ação educativa e social voltada para a união de empregados  
e empregadores, visando contribuir para a solução dos graves proble-



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

mas socioeconômicos que o país atravessava, após a segunda guerra mundial..." (sic).

Consta do Projeto, como mencionado acima, apenas as Matrículas dos lotes a serem doados, sendo que não consta o Memorial Descritivo e, tampouco, o Mapa de localização da área.

Tais documentos, entretanto, não são imprescindíveis, apenas serviriam para melhor demonstrar a localização da área a ser doada.

Quanto à iniciativa, tenho que o presente feito preenche os requisitos de legalidade, estando em conformidade com a lei Orgânica do Município e com o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Recomendo, portanto, o seu encaminhamento à Comissão de Justiça e Redação e à Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social, para ulterior avaliação.

Assim, não encontrando óbice legal que o impeça, considerando as observações feitas, quanto à Justificativa, opino **favoravelmente** ao regular trâmite do presente Projeto, inclusive quanto ao pleito de *caráter de urgência*.

É o meu parecer.

Primavera do Leste, 29 de julho de 2021.

  
**Luiz Carlos Rezende**  
Assessor Jurídico  
OAB/MT 8987-B